

LA GEOPOLÍTICA SINO-RUSA EN EURASIA Y LAS DISPUTAS CHINA-EEUU

Lucas Gualberto do Nascimento¹

Resumen

El supercontinente eurasiático es una zona geopolítica clave en términos territoriales en el sistema internacional. En la lógica geopolítica del poder terrestre, la potencia hegemónica en el *Heartland* domina Eurasia; por lo tanto, es un territorio de alta importancia estratégica y disputas interestatales. Actualmente, es una prioridad de la política exterior de Estados Unidos impedir la aproximación entre potencias emergentes eurasiáticas, especialmente entre China y Rusia. Sin embargo, ambas potencias obtienen centralidad en la geopolítica eurasiática en acciones coordinadas, y reivindican sus propios proyectos de integración: la china *Belt and Road Initiative* (BRI) y la rusa Unión Económica Eurasiática (EAEU). Tal coordinación ha resultado en una convergencia estratégica en Eurasia: la Gran Eurasia, a partir del establecimiento de una Asociación Económica Eurasiática, con el objetivo de integrar las fronteras del Pacífico hacia el este de la Unión Europea. Esta investigación tiene como objetivo analizar cómo las acciones coordinadas sino-rusas están avanzando sus ejes geoestratégicos en Eurasia, a partir de un eje Asia-Pacífico, en contraposición a la geoestrategia estadounidense establecida en el eje del Indo-Pacífico. Los movimientos antagónicos en Eurasia, basados principalmente en avances chinos y contenciones de EEUU en Europa, y con auxilio de los países *Quad*, oponen una posición cooperativa china, de avances en el comercio y tecnología, frente a la posición defensiva y de amenaza estadounidense, preferencial de una lógica de contención y seguridad. Sin embargo, aumentan los cuestionamientos a la capacidad de EEUU de plantear una alternativa económica a China y la asociación sino-rusa en Eurasia.

¹ Máster en Ciencias Sociales – Relaciones Internacionales y Desarrollo, Universidad Estatal Paulista (Unesp). Miembro del Núcleo de Investigación en Geopolítica, Integración Regional y Sistema Mundial (GIS), Universidad Federal de Rio de Janeiro (UFRJ).
Email: lucasgdn2@gmail.com / lg.nascimento@unesp.br

A GEOPOLÍTICA SINO-RUSSA NA EURÁSIA E AS DISPUTAS CHINA-EUA

1 Introdução

O supercontinente eurasiático é uma zona geopolítica chave em termos territoriais no sistema internacional. Segundo Moniz Bandeira (2017, p. 1-2), a Eurásia é a massa de terra que se estende da Europa à Ásia, tendo o seu *Heartland* essencialmente na Ásia Central. Essa “área pivô”, como denominada por Mackinder (1904) no clássico geopolítico *The Geographical Pivot of History*, atribui ao seu controle a vantagem do poder terrestre - a *World Island*. Conhecida como “a maior fortaleza natural da Terra”, o ator que domina o *Heartland*, na lógica do poder terrestre, domina a Eurásia; portanto, a configuração geopolítica russa é essencial para os desenvolvimentos políticos na Eurásia, e seu território é de importância geoestratégica vital para a Rússia. Ao longo do desenvolvimento da geopolítica como escola de pensamento, diferentes teóricos destacaram a importância do poder terrestre na conjuntura política internacional. Diferentes poderes ao longo da História realizaram tentativas de estabelecer hegemonia conquistando a Eurásia; atualmente, é uma prioridade da política externa dos Estados Unidos impedir que outras potências emergentes - especialmente China e Rússia - sejam hegemônicas eurasiáticas. De acordo com Lukin (2020, pp. 175-176),

O principal imperativo dos EUA [...] seria evitar o surgimento de um único Estado ou aliança de Estados capaz de unificar a Eurásia não-europeia contra os Estados Unidos. [...] Assim, foi reconhecido que o perigo para os Estados Unidos não seria um regime político em particular, mas simplesmente todos os principais Estados independentes e influentes [...] a saber, a perda de controle de Washington sobre a Eurásia resultante do aprofundamento e reaproximação entre as duas principais potências da Eurásia: Rússia e China (tradução própria).

Em seus escritos sobre os desenvolvimentos geoestratégicos da Eurásia, como ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Brzezinski enfatizou a importância da geopolítica da Eurásia para o grande jogo de poderes nas relações internacionais. Sendo um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos a prevenção de uma parceria rival contra-hegemônica eurasiática, a identificação e a “tutela” de potências-pivô na Eurásia é uma estratégia constante da política externa dos Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, especificamente na década de 1980, a estratégia dos Estados Unidos contra a URSS tornou-se o levantamento de insurgências contra o *Heartland*. Em um cenário pós-URSS, foram várias as iniciativas na Ásia Central lideradas pelos EUA na tentativa de incluir seus países na esfera de influência euro-atlântica; portanto, estas são tentativas de

controlar o desenvolvimento político na Eurásia (Bandeira, *op. cit.* pp. 6-27). Seguindo a mesma estratégia geopolítica, Brzezinski afirma que

A identificação dos principais pivôs geopolíticos da Eurásia pós-Guerra Fria, e protegê-los, é, portanto, também um aspecto crucial da geoestratégia global da América. [...] Nas atuais circunstâncias globais, pelo menos cinco atores geoestratégicos importantes e cinco eixos geopolíticos [...] podem ser identificados no novo mapa geopolítico da Eurásia. França, Alemanha, Rússia, China e Índia são atores importantes e ativos. [...] Potencialmente, o cenário mais perigoso seria uma grande coalizão de China, Rússia, e talvez Irã, uma coalizão "antihegemônica" unida não por ideologia, mas por reclamações complementares (Brzezinski, 1998, pp. 41-55, tradução própria).

Após um breve período de iniciativas unipolares dos EUA na década de 1990, o realinhamento de Rússia e China em uma parceria eurasiática tornou-se mais claro como uma alternativa às tentativas hegemônicas estadunidenses no século XXI. Ambas são grandes potências centrais na Eurásia e estão reivindicando seus próprios projetos de integração: a *Belt and Road Initiative* (BRI) e a União Econômica Eurasiática (EAEU). Recentemente, as duas potências têm se mostrado dispostas a convergir os interesses de ambas estratégias, ao invés de promover um choque de prioridades geoestratégicas. Portanto, o paradigma da Grande Eurásia (*Greater Eurasia*) visa estabelecer uma Parceria Econômica Eurasiática (*Eurasian Economic Partnership*), ao conectar as fronteiras do Pacífico às fronteiras da União Europeia.

Os conceitos e paradigmas geoestratégicos da Grande Eurásia reivindicam suas raízes em uma Rússia imperial, em um complexo equilíbrio de prioridades entre a Europa e a Ásia. A realidade geopolítica contemporânea de uma ascensão asiática, centrada na China, juntamente com um confronto russo com o Ocidente, especialmente após a crise da Criméia, convergiram para uma guinada russa para o Oriente. O conflito ucraniano em curso desde 2014 tornou-se um ponto de guinada na política exterior russa contemporânea, quando as aspirações de aproximação junto à Europa foram abandonadas devido a restrições mais fortes da OTAN nas fronteiras russas; portanto, buscou-se equilibrar as pressões políticas vindas dos EUA e de seus aliados em uma reaproximação para o leste (Laruelle, 2017, pp. 156-157).

A necessidade de equilibrar uma pressão ocidental, uma preocupação constante que desenvolveu o conceito de Grande Eurásia, visa a prioridade geoestratégica russa de estabelecer uma parceria autônoma - não buscando um papel subordinado em uma ordem voltada para o Atlântico, nem ignorando a ascensão asiática para o leste. A integração eurasiática apoiada pela Rússia enfrenta um dilema - entre uma parceria fracassada com a União Europeia e os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito às restrições de

segurança pressionadas pela OTAN, precisamente sua presença ao longo das fronteiras ocidentais da Rússia, na Ucrânia e na Geórgia (Bandeira, *op. cit.*, p. 61); e uma Ásia crescente, especialmente a China, que busca uma parceria progressiva com outras potências emergentes, como no estabelecimento e no desenvolvimento do AIIB, BRICS e BRI. A configuração do mapa geopolítico da Grande Eurásia, portanto, é baseada na complementaridade do comércio chinês e seus interesses econômicos, juntamente com as preocupações russas sobre segurança e governança em toda a rota que abrange a EAEU e a BRI liderada pela China (Serbin, 2019, p. 41).

O desenvolvimento da Grande Eurásia como uma parceria estabelecida entre as geoestratégias russas e chinesas foi incorporada nas declarações oficiais conjuntas das relações sino-russas. Para comemorar o aniversário de 15 anos do Tratado de Amizade, Vizinhança e Cooperação de 2001 - que abriu caminho para o desenvolvimento de uma maior cooperação entre Rússia e China – as duas potências afirmaram, em relação à EAEU e à BRI:

As partes enfatizam a importância primordial que atribuem à implementação do acordo russo-chinês de cooperação em conjunto com a construção da União Econômica Eurasiática (EAEU) e do Cinturão Econômico da Rota da Seda, conforme registrado na Declaração Conjunta relevante de 8 de maio de 2015. Rússia e China são a favor da criação de uma parceria abrangente eurasiática baseada nos princípios de abertura, transparência e levando em consideração interesses mútuos, incluindo o possível envolvimento dos países da EAEU, da OCX e da ASEAN. Nesse sentido, os Chefes de Estado encarregaram os governos dos dois países de atuar junto aos órgãos competentes e propor medidas para a implementação da iniciativa, a fim de contribuir para o aprofundamento dos processos de integração na região (Совместное..., 2016, tradução própria).

Portanto, formada com base na EAEU e na BRI, a parceria da Grande Eurásia assenta-se nos seguintes seis pontos: a) Reaproximação sino-russa, ligando a BRI e a EAEU; b) Agrupamentos não-ocidentais, especialmente OCX, ASEAN e BRICS; c) Parceria de Estados não-ocidentais nos objetivos da Grande Eurásia; d) Convergência de interesses políticos e econômicos para a superação da percepção de unipolaridade buscada pelos Estados Unidos, em um movimento semelhante à Conferência de Bandung de 1955; e) As parcerias econômicas servem como um caminho para maior cooperação, especialmente através da Ásia Central e Europa, com o estabelecimento do Cinturão Econômico da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt* - SREB), e da Rota da Seda Marítima através de parceiros da ASEAN, ambos setores da BRI; f) A Grande Eurásia é uma parceria aberta, desde que respeitados os princípios da não-interferência e da multipolaridade; portanto, países europeus e outros possíveis parceiros podem ser incluídos (Lukin, *op. cit.*, pp. 177-

178). A fim de analisar como a parceria da Grande Eurásia é planejada como um esforço conjunto sino-russo, a seguir são abordados os principais aspectos da União Econômica Eurasiática (EAEU) e sua integração junto ao *Belt and Road Initiative* (BRI).

2 Principais Aspectos da União Econômica Eurasiática (EAEU) e a *Belt and Road Initiative* (BRI)

A União Econômica Eurasiática (EAEU), oficialmente lançada em 2015, é uma organização internacional crucial na política exterior russa contemporânea. A União representa as concepções russas sobre comércio regional, integração e inserção internacional. Anteriormente à sua criação, a Comunidade de Estados Independentes (CEI) era a principal organização regional a congregar as repúblicas pós-soviéticas, especialmente na década de 1990. Os primeiros três Estados membros - Rússia, Belarus e Cazaquistão - juntaram-se à Armênia e ao Quirguistão na criação da EAEU, que entrou em vigor em janeiro de 2015. Atualmente, a EAEU é uma organização regional na Eurásia que representa 183 milhões de habitantes, em um PIB combinado de US\$ 2,2 trilhões e trocas comerciais de US\$ 900 bilhões. Embora seja preocupante a não participação da Ucrânia, devido a disputas geopolíticas em termos de alianças regionais e de segurança - especialmente em relação à UE e à OTAN - a EAEU é um avanço da atual política externa russa nos assuntos regionais e da Eurásia (Serbin, *op. cit.*, pp. 79-80).

Atualmente, a principal aspiração da EAEU é tornar-se uma organização eurasiática capaz de representar um polo de influência entre a Europa e a Ásia-Pacífico, especialmente no que diz respeito à ascensão chinesa no sistema mundial. Representa uma postura assertiva da Rússia em remodelar a configuração de sua zona de influência imediata; é um relançamento de uma iniciativa russa para o espaço pós-soviético, representando a visão atual do país para os desenvolvimentos futuros da Eurásia. A consideração da Rússia como uma grande potência abrange suas noções de integração regional, comércio e segurança. A introdução da livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, bem como políticas comuns de agricultura, transporte e energia, podem contribuir para uma ampliação da organização no futuro, se mais sucessos forem demonstrados ao longo de seu desenvolvimento. Apesar de possuírem abundância de recursos naturais - como energia, minerais e o setor agrícola - os membros da EAEU carecem de um setor financeiro plenamente desenvolvido e de recursos tecnológicos que impulsionem a inovação (Sergi, 2018, p. 4). Há uma complementaridade entre os recursos da EAEU e as capacidades chinesas, uma vez que o fortalecimento da União num quadro de mercado comum impulsiona a China a negociar com os países da EAEU em bloco, aumentando a sua influência nas relações de barganha com Pequim.

O sentido geopolítico na criação da União converteu a Eurásia em uma região de relações multipolares, visto que há a disposição de relações trilaterais entre a EAEU, a UE e China, bem como outros países da Ásia-Pacífico, especialmente na ASEAN. Portanto, a União faz parte de uma estratégia russa de restabelecimento de uma esfera geopolítica própria, o que garantiria maior estabilidade em termos econômicos e de segurança (Serbin, *op. cit.*, p. 83).

Finalmente, a EAEU busca a China como principal parceiro, pois sua ascensão ofereceu maiores oportunidades econômicas para a região. Desde 2015, busca-se um alinhamento entre o EAEU e o *Silk Road Economic Belt* (SREB), por serem considerados complementares economicamente. Ao mesmo tempo que a participação na EAEU aumentaria a estabilidade econômica e uma alavancagem em termos de negociações com potências econômicas como a China, o paradigma da Grande Eurásia descarta a parceria chinesa como uma ameaça; pelo contrário, abraça as iniciativas da BRI em termos de investimento e cooperação, especialmente em transporte e infraestrutura; essa parceria tende a trazer desenvolvimento econômico ao extremo oriente russo, uma região estratégica para as aspirações de Moscou (Lewis, 2018, pp. 3-4).

China e Rússia, ao longo do século XXI, estão articulando suas estratégias e paradigmas de política exterior, com base em suas próprias visões projetadas com foco na Eurásia. Atualmente, ambas as potências têm atritos em suas relações com países ocidentais, especialmente em visões diferentes e muitas vezes conflitantes da ordem internacional. Portanto, buscando alternativas às dificuldades nas relações com o Ocidente, especialmente os Estados Unidos e aliados da OTAN, as relações sino-russas desenvolveram-se rapidamente ao longo das últimas duas décadas, após o estabelecimento de novas diretrizes bilaterais - e posteriormente confirmadas em 2016 - em 2001. Apesar de terem prioridades diferentes em suas orientações geoestratégicas, China e Rússia têm buscado interesses complementares na Eurásia, especialmente no que diz respeito a uma maior integração econômica e ao estabelecimento de parcerias preferenciais. A União Econômica Eurasiática, liderada pela Rússia, juntamente com a *Belt and Road Initiative*, liderada pela China - especialmente o *Silk Road Economic Belt* - demonstraram sinergias no sentido de construir uma parceria estratégica sino-russa de modo a influenciar desenvolvimentos futuros na Eurásia, em um movimento de ambas as potências em seus termos geoestratégicos.

O paradigma da Grande Eurásia abrange a parceria estratégica sino-russa na política internacional, que combina principalmente as perspectivas e objetivos econômicos da China, juntamente com as preocupações de segurança e estrutura regional da Rússia. Portanto, a fim de moldar as futuras relações interestatais eurasiáticas, ambas as potências estão contribuindo para construir suas capacidades conjuntas na região, combinando seus

principais interesses geopolíticos e geoestratégicos de maior prioridade. Mesmo que haja grandes desafios para o desenvolvimento desta estratégia - principalmente a atração de futuros parceiros para a EAEU e o desenvolvimento de tecnologia, por parte da Rússia; e a implementação de uma iniciativa de tal magnitude sem possíveis retiradas, especialmente em um cenário de guerra comercial e reações dos EUA, pela China - ambas as potências podem se beneficiar da EAEU e da BRI, em uma perspectiva geopolítica da Grande Eurásia.

A *Belt and Road Initiative*, lançada oficialmente durante uma visita de Xi Jinping ao Cazaquistão em 2013, configura-se como um ambicioso corredor econômico, inspirado na antiga Rota da Seda, como sendo capaz de integrar o Extremo Oriente à Europa Ocidental, principalmente a partir da Rússia, pela sua via terrestre, e a partir do Oceano Índico por sua via marítima. Este projeto retoma as grandes iniciativas de dinastias anteriores, nas quais a Rota da Seda teve grande relevância entre os séculos II aC e o século XV (Sang, 2019, p. 13). No total, a iniciativa engloba seis corredores econômicos, que perpassam mais de 60 países no total, que contam com 60% da população global e um terço do PIB mundial (One..., 2015).

O *Silk Road Economic Belt* (SREB), de acordo com o *China-Britain Business Council* (One..., 2015), desenvolve “pontes terrestres eurasiáticas”, em uma cadeia logística que conecta o litoral chinês ao Porto de Rotterdam, nos Países Baixos, com diversos corredores econômicos ao longo da rota, conectando a China à Mongólia, Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático. Esta rota terrestre possui como inspiração as antigas conexões entre os Impérios Romano e Chinês, surgida durante a Dinastia Han (século III aC – século I dC).

Ademais, a *21st Century Maritime Silk Road*, uma rota marítima, percorre o litoral leste chinês, pelo Mar do Sul da China e Oceano Índico, até o continente europeu, também percorrendo o chamado “Chifre da África” e o Canal de Suez. O seu objetivo é melhorar a eficiência das rotas marítimas entre grandes portos de diversos países, incluindo o desenvolvimento de um corredor marítimo no Oceano Índico – o que depende diretamente de acordos benéficos à Índia, para que esta participe do projeto. O eixo marítimo da BRI busca inspiração histórica nas rotas surgidas na Dinastia Tang (século VII – século X), com seu auge na Dinastia Ming no século XV, quando o almirante Zheng He estabeleceu rotas de comércio com o continente africano, perpassando o litoral indiano e o Golfo Pérsico, tal como a atual *Maritime Silk Road* (Conti; Mozias, 2020, p. 213).

A iniciativa, com o início de seu implemento em 2015, possui como objetivo “[...] conectar o vibrante círculo econômico asiático, de um lado, até o círculo econômico europeu, do outro, e alinhar países com grande potencial para desenvolvimento econômico” (One..., 2015). Tal estratégia desdobra-se em várias consequências, como: a promoção do crescimento econômico do interior chinês; a integração da infraestrutura dos países

integrantes do corredor, intensificando suas trocas comerciais; aproximação entre os países da Eurásia, entre algumas das principais. Tais consequências expandem a influência chinesa, visto o seu ascendente padrão tecnológico na produção e a sua larga acumulação material. Ademais, Conti e Mozias (*op. cit.*, pp. 213-215) destacam a BRI como resultado de um potencial acumulado chinês em termos econômicos de escala quantitativa; a superprodução chinesa requer maiores níveis de expansão externa, visto que o país, desde 2014, é a maior economia em termos de Paridade do Poder de Compra (PPP em inglês), além de desde 2009 ser a maior exportadora de mercadorias, e desde 2006 possuir as maiores reservas internacionais.

De modo a financiar os projetos de infraestrutura da BRI, uma rede de fontes foi criada, composta pelo Fundo da Rota da Seda (*Silk Road Fund*, com capital inicial de US\$40 bilhões); Banco Asiático de Desenvolvimento de Infraestrutura (AIIB em inglês, com capital chinês de US\$100 bilhões); e o Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como Banco do BRICS, com US\$50 bilhões. As consequências desta expansão do poder chinês de projeção são evidentes nas disputas China-EUA vigentes.

[...] a concorrência entre a China e os EUA também está aumentando na África, América Latina, Ásia Central e no Sudeste Asiático. Ambas as potências estão interessadas nas matérias-primas e nos mercados dessas regiões. Essa nova bipolaridade emergente no mundo praticamente determina o contexto e o conteúdo da BRI: ao oferecer aos chamados países em desenvolvimento um projeto de co-desenvolvimento, a China os puxa para o seu lado (Conti; Mozias, *op. cit.*, p. 215).

O convite chinês a países em desenvolvimento para que participem ativamente da BRI constitui um elemento central para a avaliação futura do sucesso da iniciativa. Os beneficiários dos projetos da BRI terão uso de tecnologias e inovações chinesas, principalmente o transporte ferroviário de alta velocidade, transmissões de longa distância, comunicações - com destaque para o 5G, tecnologia de energias renováveis - especialmente a solar e a eólica, e construção civil. A BRI cumpre uma missão histórica significativa, ao resgatar a Rota da Seda como corredores econômicos conectando a China às bordas da Eurásia e outros continentes. O projeto possui o potencial de auxiliar a China na mudança de centro gravitacional da economia mundial, reforçando a sua importância no comércio internacional e suas relações com outros países (Conti; Mozias, *op. cit.*, p. 216-218); além de ressignificar a Eurásia como novamente a grande área da “reorientalização” do sistema-mundo - o que exige uma participação ativa e estratégica da Rússia. Tais relações político-econômicas fazem parte de um paradigma de ordem internacional, frequentemente chamado de diplomacia da “comunidade de destino comum” em discursos

chineses. As reuniões do XVIII Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2012, expressaram uma campanha mais assertiva em busca de um desenvolvimento compartilhado com outros países e regiões em desenvolvimento (Sang, 2019, p. 14).

Para a análise dos desdobramentos do plano de ação do eixo terrestre da BRI, este é esquematizado nos seguintes corredores prioritários (Sang, *op. cit.*, p. 15-16):

1) *New Eurasian Land Bridge*: Eixo conector da China à União Europeia, precursor da União Econômica Eurasiática (EAEU);

2) *China-Mongolia-Russia Economic Corridor*: Eixo conector do nordeste da China à Mongólia e à Sibéria russa, por meio ferroviário, oleodutos e gasodutos; há projetos paralelos visando fomentar o turismo, a agricultura e a ciência e tecnologia;

3) *China-Pakistan Economic Corridor*: Corredor da BRI capaz de ligar a província ocidental de Xinjiang ao Oceano Índico, a partir do porto paquistanês de Gwadar;

4) *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor*: Eixo conector da Baía de Bengala e Oceano Índico ao sul da China, através de ferrovias, rodovias, portos oleodutos e canais;

5) *China-Indochina Peninsula Economic Corridor*: Eixo conector da península do Sudeste Asiático ao sul da China, por meio de trens de alta velocidade e portos;

6) *China-Central Asia-West Asia Economic Corridor*: Eixo que perpassa a Ásia Central, Irã e Turquia, até chegar ao continente europeu.

Para análise dos efeitos da parceria sino-russa na Eurásia e Ásia-Pacífico, em contraposição à geoestratégia estadunidense do Indo-Pacífico, o eixo sino-russo da BRI e sua integração com a EAEU será abordado prioritariamente.

3 A parceria estratégica sino-russa na BRI e na EAEU: Grande Eurásia e Ásia-Pacífico

A partir da gestão de objetivos pragmáticos de política exterior, ambos os países aproximaram-se com o advento do século XXI, a partir da política internacional recentrada na Ásia-Pacífico. Estes, a partir de objetivos em comum, aproximam-se em um caráter de interdependência nas suas relações bilaterais (Freire, 2013). A partir de novas diretrizes assentadas em um novo tratado de amizade, de 2001, as relações sino-russas intensificaram-se rapidamente ao longo da última década até os tempos atuais. Diversos resultados positivos foram obtidos a partir de um maior entendimento mútuo, a destacar os seguintes: resolução das questões fronteiriças remanescentes; forte intensificação das relações comerciais; importantes programas de integração político-econômica e de

infraestrutura, a destacar a BRI e o BRICS. Tais fatores são preponderantes para analisar a aproximação sino-russa como um elemento constituinte de uma dinamização da crescente integração eurasiática (Mikhailova, 2013).

O conceito de parceria estratégica, o qual permeia as principais relações da China com aliados cruciais para o sucesso da BRI – principalmente a Rússia, por sua característica geográfica chave como o centro eurasiático – é expresso por Kowarski (2013, p. 108) como uma parceria que

[...] opera em um nível mais profundo: no intercâmbio de ideias e pontos de vista sobre os contornos da ordem internacional. Essa troca de perspectivas, sobre temas globais, nos quais as vozes russa e chinesa possuem entonação diferente dos Estados Unidos e dos demais países ocidentais, encontra seu lastro nos documentos oficiais e na análise da atuação comparada dos dois na ONU, assim como influencia a criação de um foro de Estados como BRIC e nos entendimentos em nível trilateral entre China, Rússia e Índia.

Portanto, é a partir da visão de parceria estratégica que é possível compreender a intensificação nas relações sino-russas, e como são fundamentais para o sucesso da BRI em um plano de expansão eurasiático. Em busca de mudanças na ordem internacional que os favoreça como países emergentes, China e Rússia buscam beneficiar-se mutuamente em ações coordenadas; o que se torna mais evidente com a análise das tendências chinesas para a economia mundial, com foco em infraestrutura e comércio, coordenada em ações conjuntas. Serbin (2019, pp. 63-65) destaca como a Rússia vem gradativamente se tornando a principal parceira energética da China, assim como uma das principais fornecedoras de armamento. As complementaridades entre os dois países resultam em posições conjuntas além do comércio de fontes energéticas; a cooperação energética, econômica e em segurança dos dois países encontraram-se na Ásia Central, principalmente a partir dos interesses russos em manter uma esfera de influência nas ex-repúblicas soviéticas, e do interesse chinês em manter a expansão de suas rotas comerciais. Esta conjuntura resulta nos acordos de cooperação chineses com a EAEU.

Especificamente sobre o eixo sino-russo da BRI, este se constrói a partir das rotas *New Eurasian Land Bridge* e da *China-Mongolia-Russia Corridor*. A primeira transforma-se na principal passagem logística terrestre entre a Europa e a Ásia nas próximas décadas. Esta apresenta-se como mais rápida que a rota marítima atualmente existente, com o potencial de reduzir o custo logístico com um uso intensivo em economia de escala, e mais barata que o transporte aéreo (Bradsher, 2013). Ao atravessar sete províncias chinesas, todo o Cazaquistão, a Rússia ocidental e todo o Belarus, até finalmente chegar à União Europeia, a rota demonstra a coesão para a cooperação atualmente existente entre o

governo chinês e a União Econômica Eurasiática, representada pelos três últimos países. Além da integração entre os atuais sistemas ferroviários existentes, outra estratégia adotada para o devido sucesso do corredor econômico é a facilitação do desembarço aduaneiro no trajeto, com a adoção de acordos de comércio com a Polônia, Rússia e Cazaquistão.

A segunda rota, chamada *China-Mongolia-Russia Corridor*, envolve duas linhas de alta velocidade: Pequim-Tianjin-Hebei-Rússia, via Mongólia Interior, e Dalian-Chita. A partir de rotas já preexistentes, há projetos em conjunto de expansão do seu uso entre tais países. A passagem norte conecta o Círculo Econômico da Baía de Bohai (Pequim, Dalian e Tianjin) à Europa ocidental, integrando a BRI às iniciativas russas e mongóis de infraestrutura: o Plano Ferroviário Transcontinental e a Rota das Estepes, respectivamente. É importante ressaltar a estratégia de inserção do Renminbi como divisa internacional, visto que tais financiamentos foram feitos na moeda chinesa, em maio de 2015, avaliados em 25 bilhões de dólares.

A partir do investimento no comércio e nos mútuos ganhos econômicos, as autoridades chinesas visam os ganhos geopolíticos advindos da envergadura de tal projeto. Principalmente após as sanções adotadas pelos países ocidentais após a crise da Crimeia, o governo russo volta-se à China como principal parceiro, adotando uma postura de cooperação entre o seu principal projeto de integração regional e a BRI. Em 2015, com a assinatura de declaração conjunta, ambos pretendem criar uma zona comum de comércio entre a União Econômica Eurasiática e a China, o que impulsiona qualquer projeto da BRI entre tais países. A estratégia de mútua acomodação de interesses foi positiva em ter um acordo comum, no qual o governo chinês adota a postura de estabelecer acordos com os países-membros da EAEU em bloco, e não separadamente, o que mantém a estrutura da integração regional liderada pela Rússia (Gabuev, 2015). Assim, ambos os países acomodam os seus principais interesses na região; a expansão econômica e comercial chinesa, que necessita de novos mercados para seus produtos, e a manutenção da zona de influência russa pós-soviética, focada principalmente em termos de segurança e energia. A parceria sino-russa, juntamente com a integração de seus respectivos projetos econômicos, representa uma concorrência geoestratégica frente às posições defendidas pelos EUA na Eurásia.

4 As disputas China-EUA na Eurásia

A intensificação das disputas comerciais e tecnológicas entre os Estados Unidos e a China impactou as relações político-econômicas na Eurásia. Os avanços chineses em produção, finanças e tecnologia mudaram o cenário da disputa. O país asiático tem grande

capacidade de ação, dadas as suas enormes reservas cambiais, que chegam a cerca de US\$3 trilhões; uma grande capacidade de importação que rivaliza com o volume dos EUA; uma estratégia para apoiar investimentos produtivos e de infraestrutura em todo o mundo por meio da *Belt and Road Initiative* (BRI); e avanços tecnológicos no setor de tecnologia da informação, como a criação de uma base competitiva para Internet 5G e sistemas de inteligência artificial que também rivalizam com os EUA. Todos estes fatores tornam a RPC uma forte concorrente e parceira econômica preferencial na Eurásia, estabelecendo acordos desde a União Europeia – a partir da inclusão do Sul da Europa na BRI – passando pela Ásia Central, a partir da EAEU, ao Sudeste Asiático, por diferentes padrões de acordos comerciais.

Ademais, além da BRI como proposta chinesa de iniciativa econômica para a Eurásia – principalmente a partir dos expostos *Silk Road Economic Belt* (SREB) e a *21st Century Maritime Silk Road* – a *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP) é percebida como a iniciativa econômica capaz de aproximar a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) da China como novo centro de gravidade da economia mundial. A RCEP surge como acordo de comércio substitutivo à Parceria Transpacífico (TPP), iniciativa liderada pelos Estados Unidos e frustrada pelas visões isolacionistas do governo Trump, tendo a saída destes do acordo decretada em 2017 (Pires; Nascimento, 2020, pp. 9-10).

A RCEP consolidou-se em 2020 como um acordo de comércio entre 15 países da Ásia-Pacífico - 10 membros da ASEAN e 5 dos seus maiores parceiros comerciais – sendo: Austrália; Brunei; Camboja; China; Coreia do Sul; Filipinas; Indonésia; Japão; Laos; Malásia; Mianmar; Nova Zelândia; Singapura; Tailândia e Vietnã; 9 destes membros da frustrada TPP, a qual não obteve ratificações suficientes para entrar em exercício, e teve de ser reformulada sem os Estados Unidos – portanto perdendo a maior parte da sua relevância econômica. Esta em exercício congrega em um único acordo comercial – o maior atualmente - um terço da população e economia mundiais sem a presença dos EUA (Wong; Zhou, 2020), o que deixa a RPC em vantagem para uma retomada econômica mundial em uma conjuntura pós-pandemia de Covid-19.

Devido a sobreposição dos acordos, e o efetivo sucesso da RCEP em exercício, esta é uma vitória chinesa em meio às disputas econômicas e geopolíticas com os EUA na Eurásia – assim como o crescente interesse de mais membros no supercontinente em aderir à BRI, atualmente integrando 138 membros, 65 destes no supercontinente e na Ásia-Pacífico (Green BRI, 2020). Desta forma, uma acirrada disputa por espaços de influência e integração econômica configura-se, com vantagem relativa chinesa no sucesso de seus projetos geoestratégicos.

A denominada guerra comercial ainda em curso e a imposição mútua de tarifas iniciada em 2018 está imbricada na acirrada disputa tecnológica pela vanguarda na chamada Indústria 4.0, especialmente o estabelecimento mundial do 5G como novo padrão de telecomunicações. Está em curso uma tentativa por parte dos EUA de isolamento do 5G chinês como padrão, sugerindo o seu banimento aos seus aliados mais próximos na União Europeia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (Pires; Nascimento, *op. cit.*, p. 11). Conforme estabelece a *National Defense Strategy*, de 2018,

O desafio central para a prosperidade e segurança dos EUA é o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo pelo que a Estratégia de Segurança Nacional classifica como poderes revisionistas. Está ficando cada vez mais claro que China e Rússia querem moldar um mundo consistente com seu modelo autoritário - ganhando autoridade de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações (Department..., 2018, tradução própria).

A posição defensiva dos EUA na Eurásia é sobretudo representada pelo *Quad* – EUA, Japão, Austrália e Índia – e pela visão geoestratégica de contenção do Indo-Pacífico. Esta narrativa geopolítica da Eurásia busca uma contraposição à gradativa preponderância chinesa na região da Ásia-Pacífico. O Comando do Pacífico dos EUA promove esta visão com relação à Eurásia desde a Guerra Fria, quando a influência soviética passou a ser mais presente rumo a saídas para o Índico. A atualização desta narrativa regional acompanha as preocupações sobretudo de segurança de Austrália, Índia e Japão, que temem o estabelecimento de um alinhamento sinocêntrico na denominada Ásia-Pacífico, pondo o Indo-Pacífico como uma visão concorrente de contenção (Serbin, *op. cit.*, p. 30).

A estratégia do Indo-Pacífico busca alternativas de contrabalanceamento da iniciativa RCEP, que põe a China em uma posição privilegiada em acordos comerciais por acesso aos mercados da Ásia-Pacífico, sobretudo o Sudeste Asiático a partir da ASEAN. A ausência da Índia na conclusão dos acordos da RCEP é um reflexo das desconfianças mútuas nas relações sino-indianas, apesar da importância da Índia para que os planos de integração de infraestrutura da BRI no Índico sejam bem-sucedidos. A “Santa Aliança geoeconômica e geopolítica dos EUA, Índia, Japão e Austrália” (El Horizonte, 2017 *apud* Serbin, *op. cit.*, p. 31) é uma contraposição em construção frente à RCEP - apesar da ausência de um acordo comercial estabelecido nesta visão do Indo-Pacífico, as preocupações pela segurança regional são expressadas principalmente pela construção da Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*), na qual o Índico é crucial para o seu desenvolvimento.

Na competição estratégica China-EUA, a contenção estadunidense frente ao avanço chinês é a tônica da disputa por parcerias geoestratégicas na Eurásia; a China a partir de sua preponderância econômica na região, e os EUA usando do seu maior poder militar, apesar das perdas de liderança no poder econômico. Nestes planos concorrentes, o poder de barganha de países como Índia, Indonésia e Austrália eleva-se, em como estes serão inseridos nos acordos estabelecidos por Pequim e Washington. A posição marginal da Índia no plano da Ásia-Pacífico pode reforçar sua predileção pelo plano estadunidense, apesar da falta de um plano econômico melhor estruturado frente ao chinês. Sua posição geográfica torna-se estratégica e melhor privilegiada na configuração do Indo-Pacífico. Serbin destaca que

O mais óbvio ganhador é a Índia, uma potência regional que tem um crescente impacto mundial e um protagonismo maior no processo de globalização tanto pelo seu rápido crescimento econômico, como pelo seu peso demográfico. Por outra parte, sua privilegiada localização geográfica entre o Oceano Índico e o Pacífico – por onde transita 90 por cento do comércio global – ‘situam a Índia na vanguarda geopolítica global’. O conceito de Indo-Pacífico lhe outorga uma posição central frente à marginalização geográfica que a deixa na concepção habitual da Ásia-Pacífico, e, por sua vez, se constitui em um estímulo para desenvolver sua Armada e converter-se em uma potência naval. Precisamente a Estratégia de Segurança Marítima que a Armada indiana elaborou em 2015 já menciona o Indo-Pacífico [...] entre as zonas de interesse marítimo primário inclui os gargalos entre os dois oceanos: os Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok (Serbin, *op. cit.*, p. 33, tradução própria).

A União Europeia, visto o caráter eurasiático da geoestratégia do Indo-Pacífico defendida pelos EUA, também está incluída por este em um plano de contenção da influência chinesa no supercontinente. A partir de parcerias em segurança regional estabelecidas principalmente no âmbito da OTAN, grandes potências do bloco europeu – como Alemanha, França e Reino Unido - estão incluídas nos interesses estadunidenses de segurança e de contenção na Eurásia a partir do oeste, frente a Rússia e a EAEU.

Entretanto, o caráter concorrente do Indo-Pacífico e do *Quad* em relação à BRI, especialmente em termos de segurança regional, pode enfrentar resistências internas nas instituições europeias, especialmente de países que são membros da BRI e buscam investimentos chineses em infraestrutura e comércio, como Portugal, Itália, e os países do Grupo de Visegrado – Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria. O mercado interno europeu, de cerca de 450 milhões de habitantes (o grupo EU-27), e de um PIB *per capita* superior a 30 mil euros, é de extrema relevância pela sua capacidade de consumo – o que, assim como o mercado chinês, incentiva a cooperação econômica sino-europeia. Os

investimentos europeus na China, assim como o mercado comum europeu, são vantajosos sob o paradigma econômico e comercial chinês, pela União Europeia ser uma assídua consumidora de produtos chineses, além de prover fontes de investimento estrangeiro direto. Igualmente, o investimento chinês em infraestrutura, tecnologia e aquisições na Europa, assim como a negociação desde 2014 de um tratado comercial, demonstra o caráter indispensável da União como parceira chinesa (Szcudlik; Kulesa, 2020, pp. 12-13) – sendo um importante polo da BRI e de essencial importância geoestratégica na Eurásia.

Porém, a oportunidade de cooperação econômica é contrabalanceada por preocupações geopolíticas e de segurança, visto a similaridade dos membros da UE e da OTAN – e portanto dos precursores da geoestratégia do Indo-Pacífico. De um modo geral, o grande desafio da União Europeia é acomodar interesses concorrentes de diferentes parceiros e seus planos geoestratégicos conflitantes (Kuo, 2018); no caso, a concorrência das configurações da Ásia-Pacífico e do Indo-Pacífico e os diferentes planos de inclusão da União Europeia nas duas estratégias: o primeiro plano aponta para um aprofundamento da cooperação nos planos econômicos e de infraestrutura, enquanto o segundo enfatiza uma estrutura de segurança e de contenção da influência chinesa.

Estes movimentos de ambas as potências – avanço por parte da China, especialmente na Ásia-Pacífico, e contenção dos EUA, na Europa e na estratégia do Indo-Pacífico principalmente, mostram uma posição cooperativa chinesa, enquanto a posição estadunidense é de ameaça e defensiva, a partir de uma lógica de segurança e contenção. Ao invés do oferecimento de planos de cooperação econômica paralelos aos chineses na Eurásia, de mesma magnitude, houve uma ausência dos EUA em alternativas econômicas no continente, o que retira uma possível concorrência da parceria sino-russa, e a aproxima da ASEAN e da Ásia-Pacífico. As perdas tecnológicas e os questionamentos das capacidades de concorrência com o padrão chinês no atual ciclo tecnológico e de acumulação em disputa põem os EUA em posição defensiva nas bordas eurasiáticas, enquanto acordos na Eurásia com liderança chinesa avançam.

5 Considerações finais

As consequências geoestratégicas na Eurásia, de um processo chinês em seu estabelecimento de um ciclo de liderança hegemônica; em parcerias regionais, principalmente com a União Econômica Eurasiática (EAEU) e a ASEAN a partir do RCEP, integrados em conjunto no projeto BRI; resulta na intensificação do comércio e de aberturas de novos mercados, e a RPC congrega novos parceiros em suas iniciativas econômicas. As trocas estabelecidas não são limitadas à exportação de alto valor agregado e importação de produtos primários; novos parceiros produtores de alto conteúdo tecnológico são atraídos

pelo tamanho do mercado interno chinês, e o crescente consumo de sua classe média, um mercado consumidor maior que os de origem, resultante em desenvolvimento econômico mútuo e investimentos diretos.

Estes fenômenos têm consequências geopolíticas para a Eurásia – principalmente o reforço da parceria sino-russa. A partir desta, os interesses econômicos chineses e seu consequente desenvolvimento são garantidos a partir do trânsito sobre o vasto território russo – das fronteiras com a União Europeia ao Pacífico; e em retorno, os interesses russos em segurança regional e integração das anteriores repúblicas soviéticas são salvaguardados. Ambos possuem tecnologias sensíveis em diferentes campos, e podem beneficiar-se mutuamente da cooperação e de maiores ganhos conjuntos em uma ordem internacional multipolar, pelo estabelecimento de um polo dissonante ao estadunidense e mais vantajoso a potências emergentes – as quais se somam às iniciativas chinesas.

A partir da convergência sino-russa de iniciativas de integração econômica na Eurásia, a EAEU, a BRI e a RCEP, juntas, formam o eixo sino-russo de cooperação na Ásia-Pacífico; enquanto os EUA organizam uma estratégia de contenção deste avanço coordenado, a partir da geoestratégia do Indo-Pacífico, centrada no *Quad*, de modo a disputar preponderância principalmente na ASEAN.

As perdas tecnológicas e os questionamentos das capacidades de concorrência com o padrão chinês no atual ciclo tecnológico e de acumulação em disputa põem os EUA em posição defensiva nas bordas eurasiáticas, enquanto acordos na Eurásia com liderança chinesa avançam, o que aponta para uma preponderância chinesa nas geoestratégias concorrentes – Ásia-Pacífico vs Indo-Pacífico – das duas potências.

Referencias

- Bandeira, L.A.M. (2017). *The Second Cold War. Geopolitics and the Strategic Dimensions of the USA*. Springer.
- Bradsher, K. (2013). *Hauling new treasure along the silk road*. The New York Times. <http://www.nytimes.com/2013/07/21/business/global/hauling-new-treasure-along-the-silk-road.html?pagewanted=all>
- Brzezinski, Z. (1998). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Basic Books.
- Conti, B.; Mozas, P. (2020). A Iniciativa Cinturão e Rota: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 9(17).
- Department of Defense (2018). *National Defense Strategy The United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge*. (Summary Version). <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>
- Freire, M. (2013). Confluência na Ásia? As relações Rússia-China. *Relações Internacionais*, (38). http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992013000200008
- Gabuev, A. (2015). *Eurasian Silk Road Union: towards a Russia-China consensus?* The Diplomat. <http://thediplomat.com/2015/06/eurasian-silk-road-union-towards-a-russia-china-consensus/>
- Green Belt and Road Initiative Center (2020). *Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)*. <https://greenbri.org/countriesofthebeltandroadinitiativebri?cookiestatechange=160765661307>
- Совместное заявление Российской Федерации и Китайской Народной Республики [Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China]* (2016). President of Russia. <http://www.kremlin.ru/supplement/5100>
- Kowarski, A. (2013). *Fortalecendo laços: o conceito chinês de parceria estratégica aplicado às relações bilaterais sino-russa e sino-brasileira*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Kuo, M. (2018). *What the EU Thinks of the US 'Indo-Pacific' Strategy*. The Diplomat. <https://thediplomat.com/2018/01/what-the-eu-thinks-of-the-us-indo-pacific-strategy/>
- Laruelle, M. (2017). When Eurasia Looks East: Is Eurasianism Sinophile or Sinophobe? In: Bassin, M.; Gonzalko P. (eds.). *The Politics of Eurasianism. Identity, Popular Culture and Russia's Foreign policy*. Rowman & Littlefield, 145-160.
- Lewis, D. (2018). Geopolitical Imagination in Russian Foreign Policy. The Evolution of 'Greater Eurasia'. *Europe-Asian Studies*, 2018. DOI: 10.1080/09668136.2018.1515348
- Lukin, A. (2020). Sino-Russian Cooperation as the Basis for Greater Eurasia. *Human Affairs*, 30, 174-188. DOI: 10.1515/humaff-2020-0017

Mikhailova, I. (2013). Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 2(3).
<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2702>

One Belt One Road: new opportunities in China and beyond (2015). In: *A role for UK companies in developing China's new initiative: new opportunities in China and beyond*. China-Britain Business Council.

Pires, M.C.; Nascimento, L.G. (2020). The Monroe Doctrine 2.0 and US-China-Latin America Trilateral Relations. *International Organisations Research Journal (IORJ)*, 15(3).
DOI: 10.17323/1996-7845-2020-03-08

Sang, B. (2019). *Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP-UNICAMP-PUCSP.

Serbin, A. (2019). *Eurasia y América Latina en un mundo multipolar*. Icaria.

Sergi, B. (2018). Putin's and Russian-led Eurasian Economic Union: A hybrid half-economics and half-political 'Janus Bifrons'. *Journal of Eurasian Studies*.
Szczudlik, J.; Kulesa, L. (orgs.) (2020). *How China and Russia Could Join Forces Against the European Union*. The Polish Institute of International Affairs (PISM).

Wong, C. (2020). *15 Asian nations sign RCEP, world's biggest free-trade deal, after eight years*. South China Morning Post.
<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109939/china-declares-victory-15-asian-nations-sign-worlds-biggest>

Zhou, L. (2020). *What is RCEP and what does an Indo-Pacific free-trade deal offer China?* South China Morning Post.
<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109436/what-rcep-and-what-does-indo-pacific-free-trade-deal-offer>